



**Prof. Diogo Guanabara**

([diogoacg@gmail.com](mailto:diogoacg@gmail.com))

**Legislação Urbanística e Ambiental do Município de Salvador**

# Observações Preliminares

- **Legislação Urbanística e Ambiental do Município de Salvador para o Concurso:**
  - Lei 5.503/99 e alterações
  - Lei 4.027/89 e alterações.

# Lei 4.027/89

- **Art. 1º** O Poder Público Municipal deverá exigir, para implantação e execução de empreendimento ou atividade efetiva ou potencialmente causadora de impacto ambiental, Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), elaborado na forma determinada pelas leis em vigor.  
Parágrafo Único - O estudo e respectivo relatório a que se refere este artigo será obrigatoriamente exigido e apreciado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.
- **Art. 2º** Ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo RIMA a que se refere esta Lei será necessariamente dada publicidade, nos termos da legislação em vigor, inclusive por meio de audiência pública.
- **Art. 3º** A licença a que se refere esta Lei, se necessário, será submetida a plebiscito.
- **Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 dias, contados a partir do dia da sua publicação.  
Parágrafo Único - Até a sua regulamentação, o cumprimento desta Lei está condicionado à Resolução 001/86 de Conselho Nacional do Meio Ambiente.

# Disciplina do Estudo de Impacto Ambiental - EIA

- Essência é preventiva
- Pode compor o Licenciamento Ambiental
- **Lei Federal nº 6938/81 (PMNA)**
  - EIA como instrumento da Política Ambiental (art. 9º, III).
- **Dec. nº 88.351/83 (posteriormente modificado pelo Dec. 99.274/90)**
  - Competência ao CONAMA para fixar os critérios norteadores do EIA.
- **CF/88**
  - EIA ganhou índole constitucional

# Disciplina do Estudo de Impacto Ambiental - EIA

- **Art. 225, § 1º, IV da CF/88**
  - Atividades/empreendimentos que causarem “significativa degradação ao meio ambiente”.
- **Existência de atividades impactantes que não se sujeitam ao EIA ?**
  - EIA encontra-se vinculado ao efeito e à impactação que possa causar a atividade/empreendimento.
- **Presunção Relativa de que toda atividades/empreendimento é significativamente impactante ao Ambiente**
  - Ônus da não sujeição ao EIA?

# Disciplina do Estudo de Impacto Ambiental - EIA

- **Conteúdo Mínimo do EIA (Res. CONAMA nº 01/86)**
  - Diagnóstico da situação ambiental atual antes da implantação do projeto (para fins de fazer comparações com as alterações ocorridas posteriormente, caso o projeto seja aceito).
  - Elaboração de uma previsão dos eventuais impactos ambientais ao meio ambiente, diagnosticando danos potenciais.
  - Indicação de medidas que possam mitigar os impactos previamente previstos.
  - Elaboração de um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos ambientais.

# Disciplina do Estudo de Impacto Ambiental - EIA

- **Res. CONAMA nº 01/86: Outras Disposições**
  - Situações em que o EIA se fazia necessário (art. 2º);
  - Previu:
    - Alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com as hipóteses de não execução desse projeto;
    - Meios para identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade/empreendimento;
    - Limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos (= “área de influência do projeto”), considerando a bacia hidrográfica.

# Disciplina do Estudo de Impacto Ambiental – EIA

- RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
- **Finalidade?**
  - Tornar compreensível para o público o conteúdo do EIA.
- Deve ser claro e acessível, retratando o conteúdo do estudo de modo compreensível e menos técnico (Princípio da Informação Ambiental)



# EIA / RIMA – Estado da Bahia

- **Legislação regulatória:**

- Lei Estadual da Política de Meio Ambiente (10.432/06) e seu Regulamento (Dec. 14.024/12)
- Obrigatório o EIA/RIMA no Estado da Bahia para Empreendimentos de Classe 6 (anexo único do Decreto)
  - Facultado a exigência sempre que se verificar significativo impacto ou potencial de impacto,
- Conteúdo mínimo do EIA ?
  - Arts. 127 a 129 do Dec. 14.024/12 (Alterado pelos Decretos nº 14.032/2012 e 15.628/2014).
- Cada EIA/RIMA deve obedecer o Termo de Referência elaborado pela área técnica do órgão licenciador.